

Relações de gênero no judô: uma revisão integrativa

Gender relations in judo: an integrative review

Relaciones de género en el judo: una revisión integradora

GEORGE ALMEIDA LIMA

Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC). Brasil

george_almeida.lima@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0899-0427>

HERALDO SIMÕES FERREIRA

Universidade Estadual do Ceará (UECE). Brasil

heraldo.simoese@uece.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1999-7982>

LUIZ GUSTAVO BONATTO RUFINO

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Brasil

rufinolg@unicamp.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2567-9104>

Recibido/Received: 22-08-2024. Aceptado/Accepted: 12-11-2024.

Cómo citar/How to cite: Almeida-Lima, George; Simões-Ferreira Heraldo e Bonatto Rufino, Luiz Gustavo (2024). Relações de gênero no judô: uma revisão integrativa, *Ágora para la Educación Física y el Deporte*, 26, 144-167.

DOI: <https://doi.org/10.24197/aefd.26.2024.144-167>

Artículo de acceso abierto distribuido bajo una [Licencia Creative Commons Atribución 4.0 Internacional \(CC-BY 4.0\)](#). / Open access article under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License \(CC-BY 4.0\)](#).

Resumo. Este estudo teve como objetivo refletir sobre relações de gênero no judô. Utilizou-se a revisão integrativa da literatura a partir das bases: SciELO, Lilacs e Scopus. Foram encontrados um total de 644 artigos. Todavia, ao adotar os critérios de inclusão e exclusão, seis artigos compuseram o *corpus* analítico deste estudo. Dos artigos incluídos, quatro foram desenvolvidos na Europa e dois na América do Sul. Pode-se destacar que as discussões sobre essa temática estão centralizadas em campos sociais específicos. Destaca-se que o campo do judô é composto, majoritariamente, por homens, reforçando-se percepções que evocam as tipificações masculinas como centrais e hegemônicas.

Palavras-chave. Gênero; judô; artes marciais; cultura; sociedade.

Resumen. El objetivo de este estudio fue reflexionar sobre las relaciones de género en el judo. Se utilizó una revisión integradora de la literatura basada en las siguientes bases de datos: SciELO, Lilacs y Scopus. Se encontraron un total de 644 artículos. Sin embargo, al adoptar los criterios de inclusión y exclusión, seis artículos compusieron el corpus analítico de este estudio. De los artículos incluidos, cuatro fueron desarrollados en Europa y dos en América del Sur, destacando que las discusiones sobre este tema se centran en campos sociales específicos. Es de destacar que el campo del judo está compuesto principalmente por hombres, lo que refuerza percepciones que evocan tipificaciones masculinas como centrales y hegemónicas.

Palabras clave. Género; judo; artes marciales; cultura; sociedad.

Abstract. The aim of this study was to reflect on gender relations in judo. An integrative literature review was used based on the following databases: SciELO, Lilacs and Scopus. A total of 644 articles were found. However, when adopting the inclusion and exclusion criteria, six articles comprised the analytical corpus of this study. Of the articles included, four were developed in Europe and two in South America, highlighting that discussions on this topic are centered on specific social fields. It is noteworthy that the field of judo is composed mainly of men, reinforcing perceptions that evoke male typifications as central and hegemonic.

Keywords. Gender; Judo; Martial Arts; Culture; Society.

INTRODUÇÃO

As práticas corporais de combate são artefatos socioculturais que permeiam a construção histórica do ser humano. Embora de maneira inicial fossem utilizadas com finalidades específicas voltadas ao combate, à defesa de território e à sobrevivência (Paiva, 2015), a partir da disseminação e acumulação de saberes, o ser humano consolidou um arcabouço cultural peculiar que se reverbera em distintos grupos sociais (Antunes & Iwanaga, 2014).

Esse arcabouço cultural levou as atividades de combate à possibilidade de se tornar um espetáculo competitivo nos Jogos Olímpicos da Era Antiga na Grécia. Tais Jogos ofereciam diversas modalidades de combate, dentre elas o Pugilato – antecessor do boxe, a Luta – atualmente denominada Wrestling – e o Pancrácio, espécie de *Mix Martial Arts* – MMA da época. Eram competições relevantes e populares entre as comunidades. Todavia, somente homens poderiam competir. Para as mulheres, não era lhes permitido nem sequer assistirem as disputas (Ferreira, 2017).

Assim, as práticas corporais de combate, desde os primórdios históricos da Era Antiga, são atravessadas por relações de poder, sendo impactadas por aspectos econômicos, culturais e políticos (Lima, Caldas & Millen Neto, 2024). Dessa forma, tais práticas podem ser apropriadas a partir de concepções voltadas ao lazer, saúde, desempenho, educação e gênero, inclinando-se, em larga escala, ao público masculino.

A partir do exposto, destaca-se que as relações de poder que emergem das práticas corporais também produzem e reproduzem representações de gênero (Adelman, 2007). Sendo assim, muitas práticas corporais de combate, como o judô, objeto deste estudo, foram construídas, historicamente, como territórios de preservação masculina (Elias & Dunning, 2019), produzindo tipificações comportamentais e físicas pautadas na masculinidade hegemônica (Connell, 2016). Connell e Messerschmidt (2013) destacam que a masculinidade hegemônica é composta por diretrizes que envolvem a agressividade, a virilidade e a combatividade como atributos eminentemente masculinos, hierarquizando as relações de gênero.

Os estereótipos de gênero, embora marcadamente presentes na constituição histórica do Brasil, por exemplo, tiveram como um dos marcos o fato de terem sido normatizados a partir da criação do decreto 3199/41, que proibia a participação das mulheres em atividades consideradas violentas (Mourão, 2000), dentre elas, o judô. Esse fato impactou negativamente a participação das mulheres em tais atividades.

Em uma esfera mundial, a esportivização do judô e sua inserção nos jogos olímpicos de 1964, em Tóquio, contou apenas com a participação masculina (Souza & Mourão, 2012). A estreia do judô feminino nas olimpíadas se deu apenas em 1988, fato que apresenta a diferença entre a inserção de homens e mulheres no campo esportivo (Ledur *et al.*, 2023). Outrossim, há uma construção social misógina e patriarcal que desconsidera a participação das mulheres no judô, fortalecendo a construção de estereótipos que reforçam o binarismo homens/mulheres nas práticas corporais, entendendo-se, de maneira equivocada, que existem esportes para homens e esportes para mulheres.

Apenas no início da década de 1980 o decreto 3199/41 foi revogado no Brasil, desencadeando um movimento, ainda tímido, para a inserção das mulheres no judô brasileiro (Souza & Mourão, 2012). Silva (1994, p. 199) destaca que: “somente em 1933 a primeira mulher (Kozaki Kanoko)

foi promovida a primeiro Dan¹ (grau superior). Sua faixa preta, porém, possuía uma tira branca no meio para diferenciá-la da graduação masculina”.

No mesmo sentido, Pimentel e Goellner (2017) destacam que no Brasil, a atleta Léa Linhares foi a primeira mulher a conquistar a faixa preta na região Sul do Brasil, todavia, sua conquista não foi reconhecida pela Confederação Brasileira de Desportos, fato que debutou em seu afastamento do judô. Os processos apresentados evidenciam algumas barreiras históricas que as mulheres praticantes de judô se depararam na busca pela consolidação do judô feminino.

Ademais, dentre os preconceitos sofridos pelas mulheres praticantes de judô, estava a crença, pautada em princípios misóginos e patriarcais, de que as mulheres não possuíam competências suficientes para praticarem judô. O entendimento é que elas vivenciam o judô como um *hobby* e não como uma prática de luta real e/ou praticavam apenas como defesa pessoal.

Assim, a inserção das mulheres no judô é secundarizada, e elas adquirem uma posição de subalternidade aos homens (Silva, 1994; Pimentel & Goellner, 2017). Pimentel e Goellner (2017) destacam que durante o campeonato Sul-americano de judô, realizado no Equador, em 1977, o Brasil foi o único dos doze países que participaram do evento que não apresentou delegação feminina, o que culminou na perda de pontos na classificação geral dos participantes masculinos. O fato de os cargos de liderança serem compostos predominantemente por homens, reforça as estruturas patriarcais vigentes.

Embora as hierarquizações de gênero aconteçam, em que os dividendos patriarcais sejam direcionados aos homens, as mulheres buscam subverter essa lógica a partir do desenvolvimento de políticas feministas que buscam o empoderamento das mulheres. No universo esportivo, Velija, Mierzwinski e Fortune (2013) destacam que no campo das artes marciais, surgem algumas percepções que compreendem que o empoderamento feminino pode acontecer a partir da ideia do fortalecimento corporal e da melhoria das capacidades físicas das mulheres enquanto recurso que pode subverter o estigma do “sexo frágil”. Roth e Basow (2004) também destaca que o corpo deve se configurar como um recurso de resistência contra os padrões normativos

¹ Representa o nível da faixa preta de um/a praticante de artes marciais.

vigentes, reconstruindo as relações de gênero a partir do empoderamento das mulheres.

As mulheres não constituem um grupo homogêneo que é subalterno aos homens, mas sim, um grupo heterogêneo que apresenta feminilidades plurais e distintas formas de encarar às dinâmicas coercitivas de gênero incutidas na sociedade. Todavia, elementos como classe social, aspectos econômicos, culturais, raça e idade impactam nessas construções, tecidas por meio de ações interseccionais (Akotirene, 2019).

Velija, Mierzwinski e Fortune (2013) também apontam que as práticas corporais devem ser vivenciadas a partir de uma pedagogia feminista, visando problematizar a suposta fraqueza das mulheres e empoderá-las a partir de seus atributos físicos e do desenvolvimento de uma percepção crítica que rejeite a narrativa de fraqueza das mulheres. Desse modo, as relações de gênero devem ser reconstruídas a partir do empoderamento das mulheres nos diversos campos sociais, dentre eles, o campo esportivo.

O processo de esportivização do judô parece ter sido um elemento que contribuiu para a notoriedade da prática no Brasil. Segundo a Confederação Brasileira de Judô (CBJ, 2024), o judô é a modalidade esportiva que mais conquistou medalhas nos jogos olímpicos, com 24 conquistas até o momento. Mesmo com os problemas estruturais vigentes, as mulheres conseguem se destacar nas competições, como destacam Tavares Junior, Silva e Drigo (2014, p. 19):

Em campeonatos mundiais também evoluiu nos últimos anos. Eram 15 medalhas conquistadas em 09 mundiais até 2005 (01 de ouro, 02 de prata e 12 de bronze) e agora são 34 no total, 19 conquistadas nos últimos 04 mundiais (04 de ouro, 08 de prata e 07 de bronze). Destaque para a evolução da equipe feminina, que ficou em primeiro lugar na classificação geral do último campeonato mundial, disputado no Rio de Janeiro em 2013, com 05 medalhas conquistadas, em sete possíveis.

A partir do exposto, podemos perceber que os estudos sobre as relações de gênero no judô são incipientes, e os poucos trabalhos apresentados têm caráter historiográfico, centrando-se nas percepções de figuras notáveis nesse campo. Os estudos também apresentam a análise de documentos que destacam a história dessas personagens icônicas. Também não foram encontrados estudos de revisão que façam uma

síntese das relações de gênero tecidas por grupos de mulheres nos dojos² ou academias de judô. Desse modo, podemos questionar: Quais as discussões sobre as relações de gênero no judô e como elas se materializam nos diversos campos culturais?

O desenvolvimento deste estudo contribui para o agrupamento de informações sobre as relações de gênero no judô, permitindo novas inferências e reflexões sobre esse fenômeno. Considerando as distintas construções políticas, econômicas e culturais dos diversos territórios do globo terrestre, este estudo possibilita a apresentação de percepções específicas sobre as relações de gênero no judô, considerando-se as disposições socioculturais particulares de cada região. A partir do exposto, objetivamos refletir sobre relações de gênero no judô com base na literatura acadêmica pertinente.

1. PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo, de abordagem qualitativa e descritiva, caracteriza-se como uma revisão integrativa da literatura. Souza, Silva e Carvalho (2010) destacam que esse recurso vem sendo utilizado nos diversos campos sociais, pois possibilita a síntese de conhecimentos já produzidos, incorporando novas percepções sobre os fenômenos investigados.

Bicudo (2021) apresenta a importância da pesquisa qualitativa ao inferir que esse recurso é conduzido por um conjunto de interpretações sobre um fenômeno específico, suscitando na problematização e na construção de distintas percepções sobre tal fenômeno, operacionalizado por um extenso diálogo entre os dados encontrados e as interpretações dos pesquisadores.

Souza, Silva e Carvalho (2010) salientam que o desenvolvimento da revisão integrativa possui fases específicas: (i) pergunta norteadora, que no caso deste estudo, partiu do seguinte questionamento: como acontecem as relações de gênero no judô? (ii) amostragem da literatura, (iii) coleta de dados, (iv) análise crítica dos dados incluídos, (v) discussão dos resultados e (vi) apresentação da revisão.

A coleta de dados foi realizada entre janeiro e março de 2024 e não considerou recorte temporal *a priori*, pois também buscou-se

² Local onde se praticam artes marciais.

compreender o desenvolvimento das discussões a partir de sua cronologia. Foram utilizadas as seguintes bases de dados: (i) SciELO; (ii) Lilacs e (iii) Scopus. A utilização destas bases justifica-se pela sua capacidade de congregar artigos com rigor avaliativo. Foram utilizados os seguintes descritores: Gênero AND “Artes Marciais”; Gênero AND “Esportes de combate”; Gênero AND Judô; Gender AND “Martial Arts”; Gender AND “Combat Sports” e Gender AND Judo. O **Quadro I** apresenta a quantidade de artigos encontrados a partir da utilização de cada descritor.

Descritor	SciELO	Lilacs	Scopus	Total
Gênero AND “Artes Marciais”	02	15	0	17
Gênero AND “Esportes de combate”	01	03	0	4
Gênero AND Judô	01	17	01	19
Gender AND “Martial Arts”	03	17	282	302
Gender AND “Combat Sports”	01	05	141	147
Gender AND Judo	01	17	137	155
Total	09	74	561	644

Quadro I: quantidade de artigos encontrados
(Fonte: dados da pesquisa, 2024)

Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: (i) serem artigos científicos completos; (ii) trabalhos empíricos e trabalhos com dados primários; (iii) trabalhos publicados em quaisquer idiomas, (iv) artigos que apresentassem discussões sobre as relações de gênero no judô. Foram excluídos: (i) artigos que apresentassem análises quantitativas que não se centravam nas relações de gênero; (ii) artigos cujas discussões de gênero não considerem a prática do judô.

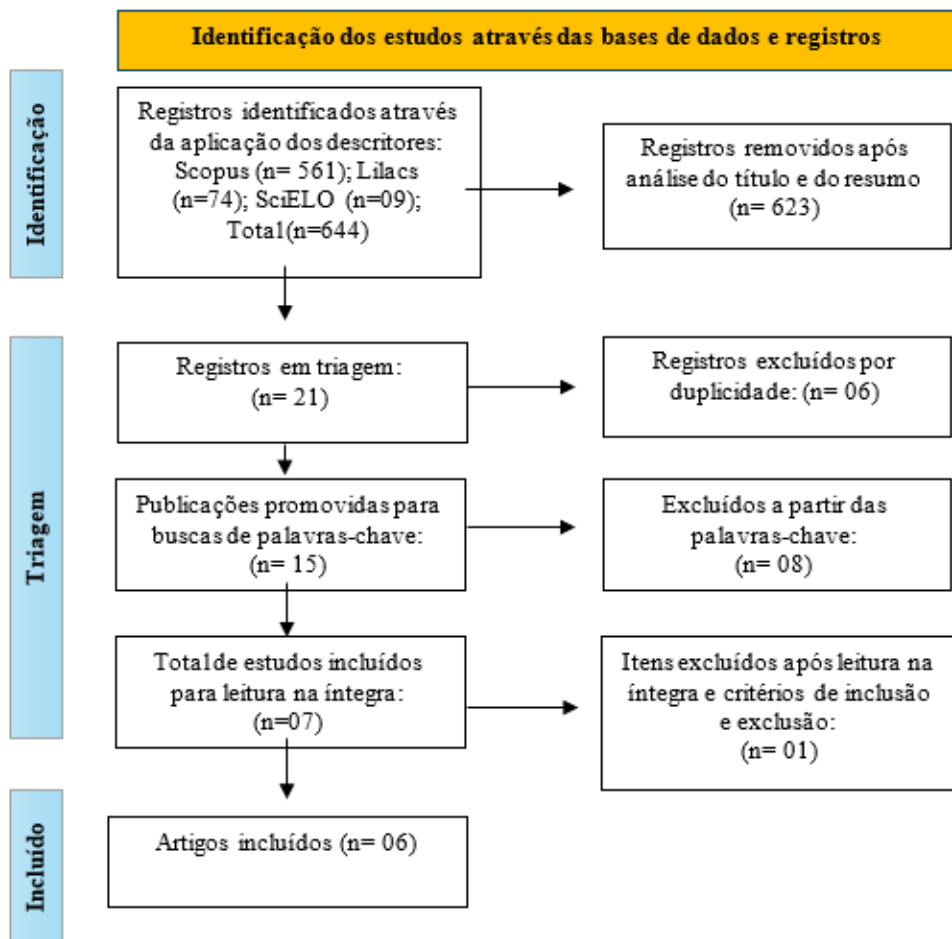
No primeiro processo de coleta dos dados, dois autores, de forma independente, selecionaram os textos, classificando-os em “incluído”, “excluído” ou “incerteza”. Caso algum texto fosse classificado como “incerteza”, um terceiro autor realizaria o desempate, fato que não ocorreu. Essa configuração atende ao que pressupõem Sampaio e Mancini (2007), objetivando evitar possíveis vieses no desenvolvimento do trabalho.

Foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: (i) serem artigos científicos completos; (ii) trabalhos empíricos e trabalhos com dados primários; (iii) trabalhos publicados em quaisquer idiomas, (iv) artigos que apresentassem discussões sobre as relações de gênero no judô. Foram excluídos: (i) artigos que apresentassem análises quantitativas que não se centravam nas relações de gênero; (ii) artigos cujas discussões de gênero não considerem a prática do judô.

No primeiro processo de coleta dos dados, dois autores, de forma independente, selecionaram os textos, classificando-os em “incluído”, “excluído” ou “incerteza”. Caso algum texto fosse classificado como “incerteza”, um terceiro autor realizaria o desempate, fato que não ocorreu. Essa configuração atende ao que pressupõem Sampaio e Mancini (2007), objetivando evitar possíveis vieses no desenvolvimento do trabalho.

O primeiro processo de coleta considerou a leitura e análise do título e do resumo dos trabalhos, em que deveriam apresentar elementos que retratassem as relações de gênero no judô, em artes marciais e/ou esportes de combate. Nesse primeiro processo, foram incluídos 21 artigos. O segundo procedimento considerou a análise de textos duplicados, em que foram excluídos seis artigos, restando 15 artigos que foram incluídos para a próxima triagem, que se configurou como a busca por palavras-chave dentro dos textos. Nesse sentido, os textos deveriam possuir a palavra judô. Oito estudos foram excluídos por não se tratarem, especificamente, do judô, restando sete artigos que foram incluídos para a leitura na íntegra. Após a leitura na íntegra, um foi excluído por se tratar de um texto quantitativo que não discute, especificamente, sobre as relações de gênero no judô. Dessa forma, seis artigos compuseram o *corpus* analítico deste estudo. A **Figura 1** apresenta o processo de triagem dos artigos.

Figura 1. Processo de triagem dos artigos
(Fonte: A autoria, 2024)



Os seis artigos incluídos neste estudo foram inseridos em uma planilha do *Microsoft Excel* que considerou variáveis como: (i) título do artigo; (ii) objetivo; (iii) metodologia; (iv) resultados e (v) considerações finais. A análise dos dados foi realizada a partir da análise temática proposta por Braun e Clarke (2006), considerando: (i) familiarização dos dados, (ii) geração de códigos iniciais, (iii) busca por temas, (iv) revisão dos temas, (v) definição e denominação dos temas e (vi) produção do relatório final. A aplicação dessas diretrizes possibilita o agrupamento das informações a partir de temas específicos.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram incluídos seis estudos nesta revisão (Perondi *et al.*, 2022; Groene, 2012; Kavour; Ryba & Chroni, 2015; Kavour *et al.*, 2018; Kavour & Ryba, 2020; Souza *et al.*, 2015). A análise dos textos considerou os principais achados dos trabalhos, dados relacionados a autoria, local de desenvolvimento dos estudos e elementos que envolvem a publicação. O **Quadro II** apresenta dados dos artigos encontrados.

Autores(as)	Objetivo	Método	País do estudo
Perondi et al. (2022)	Investigar a aprendizagem de três treinadoras especialistas de judô brasileiras ao longo de suas trajetórias	Entrevista semi-estruturada com 3 treinadoras de judô	Brasil
Groenen (2012)	Compreender o desenvolvimento Inicial do Judô Feminino na Bélgica desde a Libertação até o final dos anos 1950	Análise documental	Bélgica
Kavoura et al. (2015)	Compreender como as judocas gregas articulam constroem suas identidades através da negociação de crenças socioculturais e estereótipos de gênero.	Entrevistas semi-estruturadas com 10 atletas de judô	Grécia
Kavoura et al. (2018)	Explorar como as mulheres artistas marciais são subjetivadas aos discursos culturais dominantes em torno da luta e da competição.	Entrevistas semi-estruturadas com nove atletas de judô	Finlândia
Kavoura et al. (2020)	Compreender como as políticas e práticas de carreira dupla (CD) na Finlândia orientam a imaginação das judocas femininas sobre o seu futuro.	Entrevistas semi-estruturadas com seis atletas de judô	Finlândia
Souza et al. (2015)	Identificar as percepções da técnica da seleção brasileira de judô feminino, desde sua chegada à seleção brasileira, em 2000, até a conquista do ouro olímpico, em 2012.	História Oral com uma atleta brasileira de judô	Brasil

Quadro II. Dados dos artigos
(Fonte: dados da autoria, 2024)

Inicialmente, podemos perceber um baixo número de estudos relacionados ao fenômeno em questão, em que foram desenvolvidos apenas seis estudos, publicados no período de 2012 a 2022. Embora possa existir um período de 10 anos entre a primeira e última publicação, o número de produções é baixo. Conquanto as problematizações sobre gênero no campo das artes marciais são crescentes (Lima, Macêdo & Millen Neto, 2023), destacamos que as discussões sobre as relações de gênero parecem ser secundárias no campo do judô. Esse fato possui determinada complexidade, pois mesmo o judô sendo um esporte olímpico incumbido de ampla visibilidade midiática (Ledur *et al.*, 2023), as relações de gênero parecem não ser o foco central de seus estudos.

Dos estudos encontrados, dois foram desenvolvidos no Brasil e quatro na Europa - dois na Finlândia, um na Grécia e um na Bélgica. A partir do exposto, podemos perceber uma centralidade de estudos na Europa e na América do Sul, especificamente no Brasil. Embora a construção desses estudos seja significativa para a área, sua centralidade na Europa pode direcionar as percepções e compreensões sobre o fenômeno para uma região específica, podendo limitar o potencial discursivo dessas reflexões. Considerando que cada campo cultural é formado por disposições socioculturais específicas, faz-se necessário o desenvolvimento de estudos nas demais regiões do globo terrestre como África, América, Ásia e Oceania.

Neste cerne, Connell (2016) defende o desenvolvimento de estudos no sul global, tendo em vista que os países colonizados recebem fortes impactos do sistema neoliberal, havendo diferenças significativas nos níveis de desenvolvimento tecnológico, educacional, político e econômico dos países em desenvolvimento em comparação com os países considerados desenvolvidos. E essa diferença significativa pode se estender aos campos sociais e esportivos.

O reduzido número de estudos sobre gênero no judô brasileiro é uma incógnita, uma vez que o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), ressalta o Brasil como uma das grandes potências competitivas no cenário internacional, se destacando nas últimas competições importantes (Jogos Olímpicos, Campeonatos Mundiais, Copas do Mundo e Jogos Pan-Americanos) (Tavares Junior, Silva & Drigo, 2014). O **Quadro III** apresenta as medalhas olímpicas do judô do Brasil nas categorias masculino e feminino:

Medalha	Atleta	Edição
Ouro	Aurélio Miguel	Seul (1988)
Ouro	Rogério Sampaio	Barcelona (1992)
Ouro	Sarah Menezes	Londres (2012)
Ouro	Rafaela Silva	Rio de Janeiro (2016)
Ouro	Beatriz Souza	Paris (2024)
Prata	Douglas Vieira	Los Angeles (1984)
Prata	Tiago Camilo	Sydney (2000)
Prata	Carlos Honorato	Sydney (2000)
Prata	Willian Lima	Paris (2024)
Bronze	Chiaki Ishii	Munique (1972)
Bronze	Luis Onmura	Los Angeles (1984)
Bronze	Walter Carmona	Los Angeles (1984)
Bronze	Henrique Guimarães	Atlanta (1996)
Bronze	Aurélio Miguel	Atlanta (1996)
Bronze	Leandro Guilherme	Atenas (2004)
Bronze	Flávio Canto	Atenas (2004)
Bronze	Leandro Guilherme	Pequim (2008)
Bronze	Ketleyn Quadros	Pequim (2008)
Bronze	Tiago Camilo	Pequim (2008)
Bronze	Felipe Kitadai	Londres (2012)
Bronze	Mayra Aguiar	Londres (2012)
Bronze	Rafael Silva	Londres (2012)
Bronze	Mayra Aguiar	Rio de Janeiro (2016)
Bronze	Rafael Silva	Rio de Janeiro (2016)
Bronze	Daniel Cargnin	Tóquio (2020)
Bronze	Mayra Aguiar	Tóquio (2020)
Bronze	Larissa Pimenta	Paris (2024)
Bronze	Judô por equipes	Paris (2024)

Quadro III. Medalhistas olímpicos/as
(Fonte: CBJ, 2024)

Podemos perceber que mesmo com uma iniciação tardia, o judô feminino apresenta conquistas relevantes para o Brasil. Das 28 medalhas conquistadas, as mulheres conquistaram 11. As mulheres possuem maior número de medalhas de ouro (três) do que os homens (duas), mesmo com um investimento financeiro inferior (Souza *et al.*, 2015). A primeira medalha feminina foi conquistada no ano de 2008. Esse resultado pode ser reflexo de um movimento inicial que vislumbrou investimentos no judô feminino, tendo início em 2006 (Souza *et al.*, 2015), aspecto que pode ter contribuído para conquistas nos Jogos Olímpicos subsequentes, nos anos de 2012, 2016 e 2020.

Destarte, as incipientes produções sobre as relações de gênero no judô e sua centralidade de discussões no continente europeu, podem gerar percepções equivocadas sobre esse processo. A restrição sobre os conhecimentos relacionados às relações de gênero no judô é ampliada quando quatro periódicos, dos seis que acolhem textos que relacionam gênero e judô, têm acesso restrito, em que autores e autoras precisam efetuar pagamentos para acessar os conteúdos. Esse processo restringe ainda mais as possibilidades de discussão sobre esse fenômeno, podendo impactar negativamente na construção de reflexões sobre esse fenômeno.

No que concerne à análise dos dados, cinco artigos utilizaram entrevistas semiestruturadas, em que se buscou compreender as percepções das participantes, e um estudo utilizou a análise documental a fim de obter resultados que apresentem a organização do judô na Bélgica. Embora possamos compreender que esses recursos metodológicos sejam eficazes e eficientes, destacamos que se faz necessária a utilização conjunta de outros recursos metodológicos, como etnografias, pesquisas colaborativas, grupos focais e demais recursos que possam evidenciar as percepções das mulheres. Esses procedimentos podem contribuir para diversificar os métodos para coleta de dados, fato que pode corroborar para o desenvolvimento de discussões e reflexões a partir de outras óticas.

González (2020) destaca que não há uma única maneira de fazer pesquisa qualitativa, esse tipo de pesquisa possui baseamentos filosóficos que incumbem o reconhecimento de variações nesse tipo de pesquisa. Nesse ínterim, a dimensão ontológica da pesquisa qualitativa fundamenta-se nas situações sociais e culturais em que os/as pesquisadores/as e pesquisados/as estão inseridos/as. Nesse sentido,

reforça-se a importância do desenvolvimento de outros recursos ligados à pesquisa qualitativa.

Os artigos encontrados, embora discutam as relações de gênero no judô, possuem objetos específicos que apresentam elementos distintos. Groenen (2012) e Souza *et al.* (2015) dão ênfase à pesquisa histórica. Groenen (2012) busca compreender o desenvolvimento do judô feminino na Bélgica a partir de uma análise documental, Souza *et al.* (2015) e Perondi *et al.* (2022) entrevistaram treinadoras de judô, analisando as dificuldades e desafios que se apresentaram em suas trajetórias. Kavoura e Ryba (2020) buscaram compreender os processos que envolvem a dupla carreira no judô feminino. Kavoura, Ryba e Chroni (2020) buscaram compreender como as judocas gregas constroem suas identidades. Kavoura *et al.* (2018) exploram os discursos de gênero em torno das competições de judô.

Essa diversidade de objetos de estudo propicia o desenvolvimento de distintas reflexões sobre os aspectos que envolvem as relações de gênero no judô, os desafios enfrentados pelas mulheres e como materializam suas subjetividades a partir da vivência no judô. Todavia, a incipiência de estudos e o não desenvolvimento de trabalhos em demais territórios, reduz as possibilidades de comparação das estruturas políticas, sociais e econômicas que permeiam o campo do judô. Desse modo, os resultados propostos estão ligados, em maior escala, aos contextos socioculturais europeus.

Relações de gênero no judô

Na Bélgica, Groenen (2012) destaca que há um predomínio dos homens no judô, fato que reforça culturas e percepções que exaltam os comportamentos masculinos como o único exemplo a ser seguido. Essa percepção se dá pelo fato de os homens organizarem, administrativamente e esportivamente, as dinâmicas do judô belga. Desse modo, os homens, ao ocuparem posições de comando, transmitem ideias de tipificação moral, comportamental e física que hierarquiza as representações de gênero. No judô belga, há uma representação tradicional da mulher, associada à fragilidade, a sensibilidade e aos aspectos estéticos (Groenen, 2012).

Kavoura e Ryba (2020), por sua vez, destacam que na Finlândia, à medida que transitam da adolescência para a idade adulta, as mulheres atletas de judô encaram uma responsabilidade individual que as tornam

vulneráveis à inserção no esporte de alto rendimento, como a percepção da feminilidade hegemônica, que as conduz a ideia de que as mulheres não podem estar inseridas no campo competitivo de elite, pois devem adotar posturas delicadas e sensíveis.

Kavoura *et al.* (2018), assim como Groenen (2012), também apontam que o fato de os homens se fazerem presentes e dominarem as distintas áreas do judô, como os campos administrativos e competitivos, desencadeia crenças específicas nas mulheres, gerando determinadas percepções que envolvem um discurso de igualdade de gênero *versus* um discurso de inferioridade biológica feminina. Desse modo, Kavoura *et al.* (2018) apontam que as nove participantes deste estudo consideram que os/as praticantes de judô possuem uma identidade de “lutador nato”, como se as características atléticas se originam, eminentemente, pelos aspectos biológicos, pautadas no inatismo.

Esse quadro também é perceptível na Grécia. Kavoura, Ryba e Chroni (2015) demonstram que as 10 atletas que participaram do estudo retratam que os aspectos biológicos são um elemento basilar na construção dos/as praticantes de judô. Elas apresentaram um discurso que deu ênfase a uma possível inferioridade biológica feminina, um discurso patriarcal e ligado à feminilidade “ideal”. Nesse sentido, diversas identidades, como a da mulher naturalmente forte ou a da guerreira silenciosa e comprometida, atendem a propósitos específicos, oferecendo diferentes possibilidades de atuação na cultura global do judô.

Os resultados encontrados por Kavoura, Ryba e Chroni (2015) indicam que as crenças pautadas em aspectos patriarcais emergem de influências neoliberais, evocando discursos dominantes que se materializam na construção identitária das mulheres judocas gregas. Desse modo, os discursos direcionam-se a reprodução das hierarquias de gênero e a sobrevalorização de comportamentos masculinos em detrimento do gênero feminino. Esses discursos dominantes exercem operações de poder que criam estereótipos de gênero, valorizando, de maneira exacerbada, o estilo masculino, entendendo-o como o único caminho (ou o mais adequado) para alcançar o alto rendimento esportivo.

Com efeito comparativo, essa dinâmica é vislumbrada em outras artes marciais, a exemplo do karatê. Turelli, Vaz e Kirk (2023a) destacam que as mulheres atletas da seleção espanhola de karatê, ao buscarem elevar seu desempenho e serem mais agressivas, tem sua sexualidade contestada, precisando atestar sua feminilidade a partir da apresentação da feminilidade normativa. Lima *et al.* (2024) e Turelli, Vaz

e Kirk (2023b) também destacam que no karatê, as mulheres sofrem um tensionamento por praticarem essa modalidade, elas negociam sua participação no karatê a partir de dois aspectos específicos: precisam lutar para mostrar suas habilidades esportivas e concomitantemente, têm seu comportamento regulamentado pela feminilidade normativa, gerando mais esforços para que possam permanecer no karatê.

Em um grupo de capoeira na região Nordeste do Brasil, as mulheres são menosprezadas pelos homens, precisando lutar “de igual para igual” com eles, a fim de mostrar suas habilidades e competências técnicas (Lima *et al.*, 2023). As mulheres também precisaram “negociar” sua participação no boxe ao adotar posturas agressivas em uma academia na região Sul do Brasil (Mariante Neto & Wenez, 2022). Em Kerala, na região Sul da Índia, embora as mulheres tenham uma taxa de alfabetização maior que a dos homens, existem barreiras sociais e religiosas que as impedem de marcar a sua presença e participar da arte marcial indiana Kalaripayattu (Mandakathingal, 2021).

À vista disso, podemos perceber que os tensionamentos sobre gênero nas artes marciais reverberam-se por diversos campos sociais e atravessam distintas modalidades, subsidiados por desequilíbrios econômicos, políticos e sociais. Dessa forma, não importa o nível das habilidades das mulheres, suas competências técnicas ou seu grau de instrução, o fato de serem mulheres parece ser um distintivo para sua exclusão da prática das artes marciais.

Essa exclusão não acontece apenas por parte dos homens, Turelli *et al.* (2024) destacam que as mulheres atletas da seleção espanhola de karatê tem como base o modelo de luta masculino, considerando-o como mais efetivo que o desempenho delas. Desse modo, elas desenvolvem uma autopercepção de que são inferiores aos homens e acabam se autoexcluindo das artes marciais. Young (1980) também destaca que os corpos das mulheres são construídos de maneira em que seus comportamentos e movimentos sejam restritos e limitados, contribuindo para o desenvolvimento de percepções exclusivas e estereotipadas das mulheres. Roth e Basow (2004), destacam que essa construção social misógina e exclusiva é perpetrada por diversos segmentos sociais como religião, família, igreja, meios de comunicação, etc.

Esse fato também se consolida nas artes marciais a partir de uma construção histórico-cultural pautada em tradições específicas que consideram o *ethos* guerreiro. Segundo Elias (1997, p. 100-101), esse traço distintivo se configura como “um código de honra que consiste num

conjunto de comportamentos socialmente (re)produzidos, nutridos de valores militares, baseados em honra, hierarquia e disciplina, de cunho civilizador pela imposição violenta da lógica do controle”. Nesse sentido, em uma perspectiva machista e misógina, instaurou-se neste campo a lógica de que apenas os homens possuem tal pressuposto ou de que tal representação é a que deve compor a estrutura do campo esportivo como um todo.

Kavoura *et al.* (2018) e Kavoura e Ryba (2020) salientam que mesmo em culturas relativamente igualitárias, tal como a da Finlândia, as hierarquias de gênero são presentes no judô a partir de discursos neoliberais ainda presentes em seu contexto social. Esse processo molda as subjetividades das mulheres judocas, interferindo na construção das percepções sobre sua capacidade e suas limitações para construir seu futuro enquanto praticantes de judô.

Connell (2016) reforça essa discussão ao destacar que as construções de gênero estão ligadas às estruturas de poder, aos aspectos econômicos e aos efeitos institucionais operacionalizados por escolas, igrejas etc. Em todos esses processos, os pressupostos neoliberais estão inseridos, gerenciando mercados de trabalho e posições de poder a favor dos homens. Essa dinâmica desencadeia limitações e vulnerabilidades sociais às mulheres, incumbindo a construção de uma corporificação social frágil, que é materializada a partir do momento que as mulheres têm uma autopercepção deturpada sobre si mesmas, reduzindo seu potencial e suas habilidades em detrimento aos homens, como é perceptível nos estudos encontrados.

Embora essas problemáticas sejam evidenciadas, as mulheres começam a inserir-se em cargos de liderança, em um processo de reequilíbrio da balança de poder. No Brasil, Souza *et al.* (2015) realizaram uma entrevista com a ex-treinadora da seleção brasileira feminina de judô, Rosicléia Campos. A ex-treinadora destacou alguns elementos que impactaram negativamente sua trajetória. Dentre eles, sua comissão técnica e os cargos administrativos eram formados, majoritariamente, por homens, o que a fez reconstruir sua identidade pessoal e profissional, se adaptando às dinâmicas que se apresentavam. Elementos estruturais também impactaram sua trajetória, como: baixa infraestrutura até 2006, período em que as mulheres participavam de menos competições e havia menos relações de treino com os homens. A cultura de treinamento das atletas no Brasil atenuava a preparação física em detrimento de questões estéticas. Também havia dificuldades de

conciliação da vida pessoal com a vida profissional, em um constante tensionamento entre a feminilidade hegemônica e a ideia de mulher lutadora.

Perondi *et al.* (2022) entrevistaram três treinadoras de judô no Brasil. Os resultados apontaram alguns elementos que impactaram negativamente na carreira de treinadora de judô, como: (i) preconceitos por parte dos homens, em que eles acreditavam que as mulheres não tivessem qualificação para ocupar essa função de comando; (ii) dificuldades em interagir no ambiente predominantemente masculino, fazendo-se necessário a adoção de posturas distintas para atender a dinâmica do ambiente; e (iii) a maternidade e as tarefas domésticas impostas pela cultura patriarcal.

Perondi *et al.* (2022) destacam ainda que embora as treinadoras sejam especialistas em judô, sendo medalhistas mundiais e possuindo faixa preta (3º dan, 4º dan e 6º dan), sua posição de comando é questionada por praticantes com menor nível hierárquico. O mesmo caso acontece com Rosicléia Campos. Souza *et al.* (2015) apontam que a ex-treinadora da seleção brasileira feminina de judô era questionada por homens que possuíam, à época, menor nível hierárquico.

Desse modo, podemos perceber que o nível hierárquico no judô é secundarizado em detrimento das hierarquias por gênero. Esse fato possui uma determinada complexidade, pois embora o judô seja uma prática corporal cujas tradicionalidades estão centradas no respeito e na hierarquia das graduações (Calabrio & Guimarães, 2022), os praticantes, eventualmente, rompem suas diretrizes filosóficas e tradições ao desconsiderar os comandos femininos. Nesse sentido, estão indo contra as próprias normas institucionalmente presentes na modalidade em questão.

Embora essas problemáticas sejam emergentes, ao inserir-se em uma posição de comando no judô, Rosicléia Campos tomou uma decisão que contribuiu para o rompimento do “teto de vidro” que permeia a participação das mulheres nas artes marciais (Souza *et al.*, 2015). Perondi *et al.* (2022) salientam que as três treinadoras entrevistadas em seu estudo possuem graduação em educação física e pós-graduação *lato sensu* (especialização). Esse fato contribuiu para a manutenção das treinadoras nos cargos de liderança. Elas também adquiriram conhecimentos a partir de aprendizagens formais, não formais e informais, além do apoio da família e dos/as amigos/as. Groenen (2012) aponta que na Bélgica, em meio a um predomínio masculino, o judô

feminino foi percebido como um meio de emancipação. Para as mulheres, a disciplina japonesa representava uma forma de se defenderem dos homens, ter acesso à arte do combate e aos esportes recreativos. Apesar disso, a alta cúpula administrativa das entidades tende a ser substancialmente composta por homens. A Confederação Brasileira de Judô, por exemplo, nunca foi presidida por uma mulher.

Kavoura *et al.* (2018) destacam que os grupos de mulheres possuem uma coesão interna, fortalecendo sua identidade enquanto atletas judocas, buscando-se a subversão do discurso patriarcal. Desse modo, há uma busca pela ruptura das construções de padrão de luta e de comportamentos que tenham predominância masculina, orientando-se em direção à igualdade de gênero. Embora a coesão entre mulheres possa ser um elemento significativo para sua participação no judô, Kavoura e Ryba (2020) defendem a construção de políticas de incentivo à carreira esportiva de alto rendimento e a inserção das mulheres em posições de comando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo refletir sobre as relações de gênero no judô. Os resultados mostraram-se incipientes, uma vez que apenas seis estudos foram encontrados, desenvolvidos entre 2012 a 2022. Os poucos estudos sobre o judô podem representar que essa prática corporal ainda mantém raízes ligadas às tradições culturais do judô, criando uma tensão entre a manutenção das suas tradições e os processos de esportivização. Com efeito comparativo, destacamos que o judô ainda não se consolidou como uma modalidade eminentemente midiaticizada e tratada como mercadoria como o MMA e o boxe.

Os resultados também apresentaram uma determinada centralidade nas regiões em que os estudos foram desenvolvidos, sendo quatro artigos cujo *locus* foi na Europa (dois artigos na Finlândia, um na Grécia e um na Bélgica) e dois artigos na América do Sul (Brasil), fato que pode dificultar o desenvolvimento de discussões mais amplas sobre o fenômeno em tela.

Conclui-se que as posições de comando são compostas, majoritariamente, por homens, construindo-se operações que salvaguardam os comportamentos masculinos como o padrão a ser seguido, hierarquizando-se as dinâmicas de gênero. Esse fato contribui para a construção de discursos que sobrevalorizam os comportamentos

dos homens e desconsideram as capacidades atléticas das mulheres. No Brasil, poucas mulheres conseguem inserir-se em posições de comando, exercendo a função de treinadoras de judô feminino. Embora tenham se inserido nessa posição, foram alvo de preconceitos e barreiras sociais que dificultaram essa inserção. Todavia, o apoio familiar, a construção de saberes experienciais no campo do judô competitivo e a participação em cursos de graduação e pós-graduação atenuaram as dificuldades.

Destaca-se que as mulheres possuem uma coesão interna que propicia sua inserção no campo das artes marciais, tensionando as tipificações comportamentais cristalizadas nesse campo. Entretanto, para que a subversão feminina possa ser ampliada, faz-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas que fortaleçam a inserção e manutenção das mulheres no judô.

Nesse sentido, os binarismos ligados às disposições hegemônicas de homem/mulher, devem ser confrontados a partir da compreensão de que o gênero não é algo padronizado e hierarquizado, mas um processo que envolve fluidez nas relações e nas construções sociais, incumbidas de distintas apropriações e interpretações sobre o usufruto das artes marciais. Dessa forma, as percepções sobre gênero não envolvem apenas operações masculinas ou femininas, mas distintas apropriações concernentes às diferentes culturas, identidades e percepções.

Este estudo possui algumas limitações, como: (i) número reduzido de artigos encontrados; (ii) centralidade dos locais de estudo e (iii) os dados deste estudo foram analisados sob a ótica masculina. Contudo, espera-se que os resultados encontrados e as discussões apresentadas ofereçam subsídios para o desenvolvimento de reflexões críticas sobre as relações de gênero no judô e nas demais artes marciais.

BIBLIOGRAFIA

- Adelman, M. (2006). Mulheres no esporte: corporalidades e subjetividades. *Movimento*, 12(1), 11-29. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.2889>
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Antunes, M. M., & Iwanaga, C. C. (2014). *Aspectos multidisciplinares das artes marciais*. Paco Editorial.

- Bicudo, M. A. V. (2021). A lógica da pesquisa qualitativa e os modos de procedimentos nela fundados. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 9(22), 540-552. DOI: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2021.v.9.n.22.507>
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. DOI: <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Calabrio, F. P., & Guimarães, L. (2022). Aspectos motivacionais em praticantes de judô faixa preta. *Revista Movimenta*, 15(3). DOI: <https://doi.org/10.31668/movimenta.v15i3.13270>
- Confederação Brasileira de Judô. (2012). *Brasil-judô/Medalhas. Ranking de medalhas*. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://cbj.com.br/pt/brasil-judo/medalhas> Acesso em: 15 fev. 2024
- Connell, R. (2016). *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos.
- Connell, R. W. & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(01), 241-282. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>
- Elias, N. (1997). *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Elias, N. & Dunning, E. (2019). *A busca da excitação: desporto e lazer no processo civilizacional*. Coimbra: Edições 70.
- Ferreira, H. S. (2017). *Artes marciais, esportes de combate e lutas nas Olimpíadas: da Antiguidade à era contemporânea*. Fortaleza: EdUECE.
- González, F. E. (2020). Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 8(17), 155-183. DOI: <https://doi.org/10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.322>
- Groenen, H. (2012). The Early Development of Women's Judo in Belgium from the Liberation to the late 1950s: Emancipation, Sport and Self-defence. *The International Journal of the History of Sport*, 29(13), 1819-1841. DOI: <https://doi.org/10.1080/09523367.2012.708608>
- Kavoura, A., Kokkonen, M., Chroni, S. A., & Ryba, T. V. (2018). “Some women are born fighters”: Discursive constructions of a fighter’s identity

- by female Finnish judo athletes. *Sex Roles*, 79, 239-252. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11199-017-0869-1>
- Kavoura, A. & Ryba, T. V. (2020). Identity tensions in dual career: The discursive construction of future selves by female Finnish judo athletes. *Sport in Society*, 23(4), 645-659. DOI: <https://doi.org/10.1080/17430437.2019.1669325>
- Kavoura, A., Ryba, T. V. & Chroni, S. (2015). Negotiating female judoka identities in Greece: A Foucauldian discourse analysis. *Psychology of Sport and Exercise*, 17, 88-98. <https://doi.org/10.1016/j.psychsport.2014.09.011>
- Ledur, J. A., Kich, A. M., Pereira, E. L. & Mazo, J. Z. (2023). Jogos Olímpicos e presença de mulheres judocas nas páginas da revista *Veja* (1988 a 2016). *Lecturas: Educación Física y Deportes*, 27(297). DOI: <https://doi.org/10.46642/efd.v27i297.3704>
- Lima, G. A., Macêdo, C. G. & Millen Neto, Á. R. (2023). Reflexões sobre a participação das mulheres no campo das artes marciais e as representações de gênero incutidas nesse processo. *Revista Cocar*, 18(36), 1-20.
- Lima, G. A., Martins, D. G., da Silva, F. J. S., Neto, F. P. M., & Vasques, D. G. (2023). “Isso não vai tirar a feminilidade dela de forma alguma”: percepções de jovens mulheres sobre as relações de gênero na capoeira. *Conexões*, 21, e023034. DOI: <https://doi.org/10.20396/conex.v21i00.8674393>
- Lima, G. A., Caldas, F. D. L., & Millen Neto, A. R. (2024). Lutas, artes marciais e esportes de combate sob o olhar etnográfico. *Cuerpo, Cultura y Movimiento*, 14(2). DOI: <https://doi.org/10.15332/2422474X.10202>
- Lima, G. A., Vasques, D. G., Mariante Neto, F. P., Ferreira, H. S., & Rufino, L. G. B. (2024). Relações de gênero no karatê: uma revisão integrativa. *Pensar a Prática*, 27. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v27.79071>
- Mariante, F. P. & Wenez, I. (2022). Mulheres no boxe: negociações de masculinidade(s) e feminilidade(s) na academia. *Movimento*, 28, e28004. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.111694>
- Mandakathingal, A. (2021). Gender roles in martial art: A comparative analysis of Kalaripayattu practices in India. *Women's Studies*, 50(4), 317-336. DOI: <https://doi.org/10.1080/00497878.2020.1843039>

- Mourão, L. (2000). Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. *Movimento*, 6(13), 5-18. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.11777>
- Paiva, L. (2015). *Olhar clínico nas lutas, artes marciais e modalidades de combate*. OMP EDITORA.
- Perondi, D., Galatti, L. R., Culver, D. M., Seguin, C. M., Franchini, E., & Albuquerque, M. R. (2022). From prohibition to excellence: A retrospective study about learning situations of expert Brazilian women judo coaches. *Ido Movement for Culture. Journal of Martial Arts Anthropology*, 22(2), 1-13. DOI: <https://doi.org/10.14589/ido.22.2.1>
- Pimentel, G. G., & Goellner, S. V. (2017). Léa Linhares e o judô no Rio Grande do Sul na década de 1960. *Motrivivência*, 29(50), 123-139. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29n50p123>
- Roth, A., & Basow, S. A. (2004). Femininity, sports, and feminism: Developing a theory of physical liberation. *Journal of Sport and Social Issues*, 28(3), 245-265.
DOI: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0193723504266990>
- Sampaio, R. F., & Mancini, M. C. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Brazilian Journal of Physical Therapy*, 11, 83-89. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>
- Silva, G. P. (1994). Histórico da mulher no judô: preconceitos, estereótipos e discriminações. *Motrivivência*, (5), 195-207. <https://doi.org/10.5007/%25x>
- Souza, G. C., & Mourão, L. (2023). Judô feminino brasileiro da oficialização do judô feminino ao ouro olímpico: narrativas de uma treinadora. In *Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero* (pp. 1-13). Florianópolis: Editora Dype.
- Souza, M. T. D., Silva, M. D. D., & Carvalho, R. D. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, 8, 102-106. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>

- Souza, G. C. D., Votre, S. J., Pinheiro, M. C. & Devide, F. P. (2015). Rosiclea Campos no judô feminino brasileiro. *Revista Estudos Feministas*, 23(2), 409-429. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p409>
- Tavares Junior, A. C., Silva, L. H. & Drigo, A. J. (2014). Judô: da origem à esportivização e sua atual relevância para o cenário esportivo brasileiro. *Revista Hominum*, 3(16). 7-22.
- Turelli, F. C., Vaz, A. F. & Kirk, D. (2023a). “I’ve always fought a little against the tide to get where I want to be.” - Construction of women’s embodied subjectivity in high performance karate. *Social Sciences* 12: 538. DOI: <https://doi.org/10.3390/socsci12100538>
- Turelli, F., Vaz, A. F. & Kirk, D. (2023b). “The issue of weight is a personal responsibility” - Demands for performing in gendered karate in the Western neoliberal society. *Ágora para la Educación Física y el Deporte*, (25), 140-166. DOI: <https://doi.org/10.24197/aefd.25.2023.140-166>
- Turelli, F. C., Vaz, A. F., Tejero-González, C. M. & Kirk, D. (2024). ‘Fighting like a girl’: Qualitative analysis of the gendered movement learning in the Spanish Olympic karate team. *Physical Education and Sport Pedagogy*, 29(5), 521-538. DOI: <https://doi.org/10.1080/17408989.2022.2125947>
- Velija, P., Mierzwinski, M. & Fortune, L. (2013). ‘It made me feel powerful’: Women’s gendered embodiment and physical empowerment in the martial arts. *Leisure Studies*, 32(5), 524-541. DOI: <https://doi.org/10.1080/02614367.2012.696128>
- Young, I. M. (1980). Throwing like a girl: A phenomenology of feminine body comportment, motility and spatiality. *Human Studies*, 3(1), 137-156. DOI: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02331805>